

Dossiê Saberes Subalternos

Apresentação do Dossiê

Larissa Pelúcio¹

Quem são os subalternos e quais são estes saberes produzidos nessas supostas margens? Talvez, responder diretamente estas perguntas seja cair na armadilha das tipologias, criando pela força performativa das palavras aquilo que nomeamos. Afinal, nomear é um ato de poder, por isso responder esta questão é, em boa medida, constituir algumas pessoas por meio dessa marcar e aceitar os jogos de verdade que desenharam os limites entre centro e margem. Por isso, ao invés de “falar em nome de” ou “dar voz a”, os textos reunidos neste dossiê sobre Saberes Subalternos discutem e apresentam os mecanismos de produção de conhecimentos que instituiriam categorias analíticas e descritivas supostamente neutras para se falar desses “outros”. Assim como apresentam o potencial transgressivo e, ao mesmo tempo, produtivo, de saberes outros, construídos não pelas certezas, como é comum na ciência ocidental, mas pela suspensão destas e pelo necessário questionamento epistemológico que sustentou os saberes hegemônicos.

Os que hoje consideramos Saberes Subalternos incluem os Estudos Culturais, a Teoria *Queer*, os estudos Pós-Coloniais, assim como algumas vertentes dos Estudos Feministas. Os textos aqui reunidos identificam-se com estas correntes de resistência, mas o fazem sublinhando particularidades da sua produção, estreitamente relacionada com o lugar de suas experiências como intelectuais. Esta dimensão subjetiva do conhecimento é também uma marca da produção desses saberes, justamente aqueles que evidenciaram que “o privado é político e o corpo e a subjetividade são parte da esfera do poder” (Miskolci, 2012: 05).

Richard Miskolci (2012) observa que os Saberes Subalternos estão “engajados” na desconstrução da ordem cultural hegemônica como princípio metodológico. De forma que o uso do termo Saberes os coloca em resistência e tensão frente às ciências, às disciplinas institucionalizadas no sistema acadêmico do final do século XIX e início do XX. Cenário marcado pelos ideais imperialista que consolidam, a partir das “logias” como campos coerentemente neutros de produção de conhecimento, as certezas do “Ocidente”.

¹ Departamento de Ciências Humanas (DCHU) – Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru – Brasil – larissapelucio@yahoo.com.br

Em “O Império e a criação de uma Ciência Social”, texto que abre este dossiê, Raewyn Connell mostra claramente esta afinidade. Ao reconstituir as relações entre a ascensão das ciências do social em fins do século XIX europeu e o contexto neocolonial, a autora sublinha as marcas da ideologia do progresso como força constitutiva das obras seminais de autores tomados, hoje em dia, como os clássicos da disciplina. Por esse contexto, escreve Connell, “uma ciência social baseada em relações sociais do império certamente se relaciona com raça e uma ciência social preocupada com o progresso evolutivo e hierarquias de populações certamente se relaciona com gênero e sexualidade”.

A ideia de civilização associa-se “cientificamente” à de branquitude, assentado nos corpos as diferenças incomensuráveis que alienariam os não brancos das possibilidades de sermos nós mesmos produtores dos discursos válidos sobre quem somos. Descolonizar nosso pensamento tem sido, desde então uma luta travada em terreno minado pelas potentes armas epistemológicas do ocidente. Muitos/as pensadores/as como Aimé Césaire e Frantz Fanon mostravam a necessidade de se combater a visão etnocentrista e racista que reduzia a culturas não ocidentais a objetos de estudos marginais e exóticos, mas nunca como território de produção de conhecimento (Fanon apud Curiel, 2006: 93).

Passados mais de meio século desde os provocativos escritos destes autores, “os intelectuais eurocêntricos do Norte Global seguem se relacionando com o Sul como os missionários católicos do século XVI”, escreve Ramón Grosfoguel em seu texto para esta coletânea. Para “Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas”, título do artigo do professor porto-riquenho, seria necessário que a intelectualidade do Sul Global, inclusive aquela que se identifica como sendo politicamente de esquerda, rompesse com a colonialidade do poder², a força centrípeta que Anibal Quijano definiu como sendo o coração epistêmico do capitalismo. Esse desafio, propõe Grosfoguel, pede que aprendamos com o “pensamento fronteiriço” (Alarcón/Anzaldúa); com a “transmodernidade” (Dussel); valendo-nos da “cumplicidade subversiva” (Grosfoguel) das “armas milagrosas” (Césaire), capazes de nos ajudar a lidar com “transculturação” (Ortiz) e, assim,

2 “La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y la escala societal. Se origina y mundializa a partir de América. Con la constitución de América (Latina), en el mismo momento y en el mismo movimiento histórico, el emergente poder capitalista se hace mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas sobre el Atlántico – que después se identificarán como Europa –, y como ejes centrales de su nuevo patrón de dominación se establecen también la modernidad y la colonialidad”. (Quijano, 2000: 93)

desenvolvermos estratégias de deslocamento das relações do poder ocidentais. Este arsenal epistemológico nos ajudaria a descolonizar nossos saberes marcados por categorias teóricas que tiraram a potência de um conhecimento gestado nos enfrentamentos criativos com o poder hegemônico. Como foram, por exemplo, as estratégias “cimarronas” (que traduzi aqui ora como “das brechas”, ora como quilombolas) dos negros escravos, quando fizeram das imagens dos santos católicos ícones para seguirem crendo em seus orixás.

Essa força das margens, esses outros saberes aparecem no artigo de Pedro Paulo Perreira, quando ele testa as possibilidades dos estudos *queer*, como uma teoria aberta à alteridade. Como parte dos saberes subalternos, o *queer*, termo de difícil tradução para as línguas de origem latina, tem se consolidado como um discurso produzido contra a normalização das diferenças. Mas também como uma epistemologia torcida que se vale de toda uma herança teórica consolidada nos autoproclamados centros para, a partir e contra ela, revelar seus silêncios e suas marcas tendenciosas cuidadosamente validadas como ciência.

Pereira encontra em seu caderno de campo e nos achados etnográficos de sua orientanda Martha Souza material empírico para pensar de forma torcida. Valendo-se dos aportes da teoria *queer*, ao mesmo tempo que o desafia, o antropólogo constata que as travestis com as quais esteve lidando têm produzido todo um arsenal de conhecimentos sobre gênero, corpo, religião, saúde, parentesco a partir das religiões afro-brasileiras. São saberes “cimarrones”, como aqueles identificados por Grosfoguel, em outro contexto. Em comum, ambos estão lidando com pessoas “envolvidas em resistências heroicas ou dramáticas” (Perreira).

Reconhecer a espessura epistemológica desses saberes outros passa, segundo Perreira, não apenas pela nossa capacidade de reinventar antropofagicamente as teorias marginais que tem nos impressionado, mas pela capacidade destas mesmas teorias em “absorver essas experiências outras e, nesse processo, alterar-se”. Nos dizeres de Connell, haveria que se romper com toda uma geopolítica do conhecimento que tem identificado o Norte como produtor de ciência e o Sul como o *locus* de seus experimentos.

Nós guardamos marcas históricas e culturais dos discursos que nos constituíram como periféricos. Isso, claro, marca também nossos textos e reflexões. Quando pensamos em raça, cor, classe, sexualidades, não podemos esquecer de nossas peculiaridades locais. Mas também soubemos questionar esse lugar de subalternidade, como lembra Guacira Lopes Louro “desde algumas décadas, estamos sendo todos sacudidos por ‘saberes sujeitados’”. Em seu curto, mas

consistente artigo para este número da *Contemporânea*, Louro, sempre provocativa e didática, nos desafia a pensar sobre “Os Estudos *Queer* e a Educação no Brasil”, procurando identificar as “articulações, tensões, resistências” que surgem desse encontro paradoxal entre um campo de estudos subversivo e outro que, historicamente, esteve mais afeito à ordem; um desconstrutivista e o outro prescritivo. Ainda assim, a pesquisadora encontra nos aportes dos estudos *queer* ferramentas instigantes para se trabalhar no campo da Educação formal, onde urgências cotidianas têm mobilizado professoras e professores em busca de respostas práticas frente às diferenças marcadas pelas expressões de gênero e sexualidades não normativas. Louro propõe que parte desse não-saber-como tem estreita ligação com os conhecimentos que foram silenciados, julgados desimportantes, impedindo que aprendessemos com eles e agíssemos a partir deles. Por isso, para ela, o potencial das estratégias *queer* junto à educação estaria mais no questionamento desses silêncios, nas interrogações sobre pretensas certezas que em um receituário do tipo “o que fazer”. Essa seria uma maneira de nos mantermos abertas/os para o movimento, para as transformações, evitando os riscos dos pensamentos engessados.

Reconhecer a qualidade teórica das pesquisas de autoras e autores do Sul Global ao longo dessas décadas insurgentes aparece como uma dessas estratégias. Larissa Pelúcio vale-se das produções de diferentes pesquisadoras/es inseridos na vasta geografia dos saberes subalternos para pensar o lugar da produção brasileira contemporânea na geopolítica do conhecimento. Em “Subalterno quem, cara-pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos *queer*”, a autora pluraliza no próprio título essas reflexões, procurando evidenciar que “todo conhecimento é uma investida política no mundo” (Wallerstein apud Pelúcio) e que esses conhecimentos foram pensados a partir de tensões endógenas e exógenas. Ao “localizar” (Ochoa, 2004) parte da produção intelectual brasileira nesse quadro de tensões e contribuições, a autora procura oferecer a cada um de nós a possibilidade de responder a pergunta em forma de anedota que dá título ao artigo.

Enfim, convidamos vocês a cruzarem também as fronteiras do canônico e se aproximarem desses saberes das margens.

Referências

- CURIEL Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nômadias*, n. 26. Abril, Universidad Central, Colombia, 2007.
- FANON, Frantz. *Los condenados de la Tierra*, México, Fondo de Cultura Económica. 2001.
- MISKOLCI, Richard. Os saberes indisciplinados e a (geo)política do conhecimento, 2012 (mimeo).
- OCHOA, Marcia. Ciudadanía Perversa: divas, marginación, y participación en la “localización”. In: MATO, Daniel. (ed.) Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de Globalización. Caracas, FACES – Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 239-256.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. En: Castro-Gómez, S. y Grosfoguel, R. (eds.). El giro decolonial. Bogotá: Siglo del hombre editores. 2007 (2000).

